

Proposta de Integração do Capital Social ao Ciclo de Vida do Turismo de Base Comunitária^a

Luana de Oliveira Alves^b
Carla Regina Pasa Gómez^c

Resumo

O turismo de base comunitária enquanto modelo alternativo ao turismo de massa tem alcançado visibilidade principalmente por direcionar seus benefícios para a comunidade. Mas, como qualquer produto, também passa por um ciclo de vida composto de seis fases, que sofrem influência de fatores que podem ser compreendidos por meio do conceito de capital social. Desta maneira, este artigo propõe uma integração entre o capital social e o ciclo de vida do turismo de base comunitária a partir da relação entre seus diversos elementos. A literatura apontou que os elementos desse ciclo de vida são: capacitação dos membros da comunidade, infraestrutura turística, benefícios à comunidade, modelo de desenvolvimento, participação da comunidade e envolvimento de atores externos. Por outro lado, os elementos do capital social são: capital social de ligação, de ponte e de conexão. Em suma, enquanto o capital social de ligação permite que as iniciativas se sustentem, o capital social de ponte e conexão pode ajudá-las a avançar para fases posteriores no ciclo de vida. Ao mesmo tempo, deve-se buscar a melhor otimização desses tipos, já que em excesso o efeito pode ser negativo.

Palavras-chave: Turismo comunitário; Redes sociais; Ciclo de vida de destino turístico.

Abstract

Proposal for the Integration of Social Capital into the Life Cycle of Community-based Tourism

Community-based tourism as an alternative model to mass tourism has achieved visibility mainly by directing its benefits to the community. However, like any product, it also undergoes a six-phase lifecycle, which are influenced by factors that can be understood using the concept of social capital. Thus, this article proposes an integration between social capital and the community-based tourism lifecycle based on the relationship between its various elements. The literature pointed out that the elements of this life cycle are: training of community members, tourism infrastructure, community benefits, development model, community participation, and involvement of external actors. On the other hand, the elements of social capital are: linking, bridging, and connecting social capital. In short, while linking social capital allows initiatives to sustain themselves, bridging and connecting social capital can help them advance to later stages in the lifecycle. At the same time, the best optimization of these capitals should be sought, since in excess the effect may be negative.

Keywords: Community tourism; Social networks; Life cycle of tourism areas.

- a. Pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), processo 140772/2020-0
- b. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, Pernambuco. Professora do eixo Gestão e negócios no Instituto Federal do Piauí (IFPI). Piripiri, Piauí. Brasil. E-mail: luana.oliveiraa@ufpe.br
- c. Pós-doutora pela Breda University of Applied Sciences (BUAS). Breda, Holanda. Professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, Pernambuco. Brasil. E-mail: carla.gomez@ufpe.br

Resumen

Propuesta de Integración del Capital Social en el Ciclo de Vida del Turismo Comunitario

El turismo comunitario (TC) como modelo alternativo al turismo de masas ha logrado visibilidad principalmente al dirigir los beneficios a la comunidad. Como cualquier producto, TBC también se somete a un ciclo de vida de seis fases. Todas las fases están influenciadas por factores que pueden entenderse mejor utilizando el concepto de capital social. Así, este artículo propone una integración entre el capital social y el ciclo de vida de TBC a partir de la relación entre sus diversos elementos. La literatura señaló que los elementos del ciclo de vida de la TBC son: capacitación de los miembros de la comunidad, infraestructura turística, beneficios comunitarios, modelo de desarrollo, participación comunitaria e involucramiento de actores externos, por otro lado los elementos del capital social se relacionan con los tres tipos: conectando, puenteando y conectando capital social. En resumen, mientras que el capital social puente permite que las iniciativas se sostengan, el capital social puente y conector puede ayudarlas a avanzar a etapas posteriores en el ciclo de vida, al mismo tiempo, se debe buscar la mejor optimización de estos tipos puede ser negativo.

Palabras claves: Turismo; Comunidad; Redes sociales; Ciclo de vida; destinos turístico

INTRODUÇÃO

O Turismo de base comunitária (TBC) surge como uma alternativa ao turismo de massa (Emmendoerfer, Moraes & Fraga, 2016; Tolkach & King, 2015) enfatizando abordagens lideradas pela comunidade, proporcionando empoderamento, maior benefício econômico aos indivíduos nas comunidades locais e uma maneira de acessar melhorias na qualidade de vida (Dodds, Ali & Galaski, 2018).

O TBC, assim como o turismo em geral, apresenta fases diferentes durante seu desenvolvimento, semelhante ao ciclo de vida de uma organização, que nasce, cresce, amadurece e pode até deixar de existir. Nesse contexto, Butler (1980) elaborou o modelo de ciclo de vida das áreas turísticas ou também denominado de *Tourism Areas Life Cycle* (TALC), sugerindo que os destinos passam por seis fases: i) exploração, ii) envolvimento, iii) desenvolvimento, iv) consolidação, v) estagnação; e vi) declínio ou rejuvenescimento. A lógica do modelo é que os visitantes chegam em uma área turística restrita pela falta de infraestrutura básica, como acesso ao local e instalações e conforme elas são fornecidas o número de visitantes possivelmente aumentará. Com o investimento em marketing, a disseminação de informações e ampliação das instalações, a popularidade da área pode crescer rapidamente. Contudo, a taxa de aumento no número de visitantes diminuirá à medida que os níveis de capacidade de suporte forem atingidos, além de outros fatores como degradação ambiental, violência etc.

O modelo de Butler é o mais usual na literatura do turismo de massa e também tem sido aplicado para o TBC como apresenta as pesquisas de Giampiccoli e Saayman (2018) e Zapata, Hall, Lindo & Vanderschaeghe (2011). Contudo, o TALC tem como principal fator de evolução, o crescimento do número de visitantes, ou seja, o foco é na questão econômica, o que fornece elementos para as críticas ao modelo. Ao mesmo tempo também tem sido criticado por não considerar vários fatores que podem afetar a evolução dos destinos turísticos (Soares, Gandara & Ivars-Baidal, 2012).

Ao direcionar o foco para as iniciativas de TBC, identifica-se alguns fatores que podem contribuir para o êxito das iniciativas e conseqüentemente para a evolução dessas experiências, tais como união entre os membros da comunidade, participação da comunidade, parcerias externas, assistência de facilitadores, como governo, instituições financiadoras e setor privado (Dodds et al., 2018). Tais elementos podem ser melhor agrupados e compreendidos utilizando o conceito de capital social, que é definido como os aspectos das organizações sociais como normas, redes, e confiança que facilitam a troca de benefícios mútuos e a cooperação espontânea (Putnam, 1993). Dito isso, é possível delinear uma relação entre o ciclo de vida do TBC e o capital social.

Primeiro, é preciso explicar que as normas e a confiança apontadas no conceito de capital social surgem a partir da participação da comunidade nas iniciativas, e o desenvolvimento de parcerias com atores externos. Ao mesmo tempo as redes podem ser formadas por essas mesmas parcerias entre os membros da comunidade, visitantes, operadores turísticos, ONGs, instituições públicas e privadas e universidades. As redes entre os atores possibilitam a presença de laços sociais, que têm seu valor na comunicação entre os recursos necessários para um ator e os recursos que ele poderia acessar por meio de seus contatos, gerando impacto positivo do capital social, ou seja, os laços sociais melhoram a capacidade de indivíduos e organizações atingir seus objetivos (Gargiulo & Benassi, 1999).

Por outro lado, deve-se reconhecer a possibilidade de que esses mesmos laços às vezes possam atrapalhar, em vez de ajudar, a capacidade de um ator de atingir seus objetivos (Gargiulo & Benassi, 1999). Esses efeitos negativos podem ser melhor percebidos quando compreende-se os tipos de capital social que segundo Woolcock (2001) são: i) capital social de ligação, ii) capital social de ponte e iii) capital social de conexão, sendo este último um subtipo do segundo. Por exemplo, o capital social de ligação em excesso pode gerar exclusão de membros marginalizados, além da limitação de recursos, assim como os demais tipos podem gerar algum impacto negativo (Lo & Fan, 2020).

Dessa forma, pode-se afirmar que os tipos de capital social não necessitam ser maximizados, mas otimizados. Assim, a importância relativa de cada tipo de capital social para determinadas comunidades muda ao longo do tempo (Schuller, 2007), e é o que se busca compreender com essa pesquisa. Portanto, este ensaio tem como objetivo propor uma integração entre os elementos do capital social aos do ciclo de vida do TBC.

A integração do TALC com outras estruturas teóricas fornece uma representação mais abrangente da dinâmica do comportamento de uma comunidade à medida que seu turismo se desenvolve (Nugroho & Numata, 2020). Assim, ao inserir o capital social ao ciclo de vida do TBC pretende-se oferecer uma melhor capacidade explicativa do TALC para o TBC, ao mesmo tempo que responde às críticas do modelo ao considerar outros fatores na evolução das experiências.

Além desta introdução, este ensaio apresenta uma seção sobre o ciclo de vida do TBC, em seguida discute sobre o capital social, com foco na tipologia aqui utilizada, na sequência o modelo de integração é proposto a partir da discussão dos elementos teóricos explanados. E por fim, as considerações finais seguida das referências.

CICLO DE VIDA DO TBC

Baseado no conceito do ciclo de vida do produto, da década de 1950, em que as vendas são lentas no início e experimentam uma taxa rápida de crescimento, estabilizam e na sequência diminuem, Butler (1980) elaborou o modelo do ciclo de vida das áreas turísticas que sugere que os destinos passam por seis fases. Inicia-se com a fase de exploração que é quando há um pequeno número de turistas e não há instalações específicas para recebê-los, tornando o contato com os residentes elevado. Com o aumento do número de turistas, o destino turístico entra na fase de envolvimento e começa a ofertar instalações e algum tipo de marketing inicia-se para atrair mais turistas. A fase de desenvolvimento conta com um mercado turístico definido, por outro lado começa a ocorrer mudanças físicas na área turística. Já a fase de consolidação se caracteriza pela diminuição da taxa de aumento do número de turistas, e cada vez mais a economia da localidade dependente do turismo. Quando alcançar o número máximo de turistas e começar a diminuir esse número inicia-se a fase de estagnação podendo surgir problemas ambientais, sociais e econômicos em paralelo. Na sequência pode ocorrer o declínio, com a área turística perdendo competitividade com outras atrações, gerando problemas econômicos, ou rejuvenescimento, com a criação de novos atrativos turísticos ou explorar atrações antes inexploradas.

O modelo de Butler é uma das aplicações mais conhecidas e geralmente considerada útil para explicar o desenvolvimento da área turística (Hunt & Stronza, 2014; Nugroho & Numata, 2020). Contudo, os destinos turísticos podem não vivenciar as fases tão claramente quanto outros (Butler, 1980). Por exemplo, Zapata et al. (2011) ao aplicar o TALC em iniciativas de TBC, observaram que elas passaram por apenas três fases, embora com ritmos de crescimento e resultados distintos: i) a fase de exploração, ii) a fase de envolvimento e iii) fase de desenvolvimento, marcada pelo crescimento dos fluxos de visitantes.

Por outro lado, o modelo de Hunt e Stronza (2014) adicionou duas fases ao modelo TALC: ausência do turismo e as primeiras chegada dos turistas, que seriam antes da fase de exploração, pois segundo os autores, os residentes locais no início das atividades turísticas não tinham conhecimentos e habilidades para lidar com o turismo.

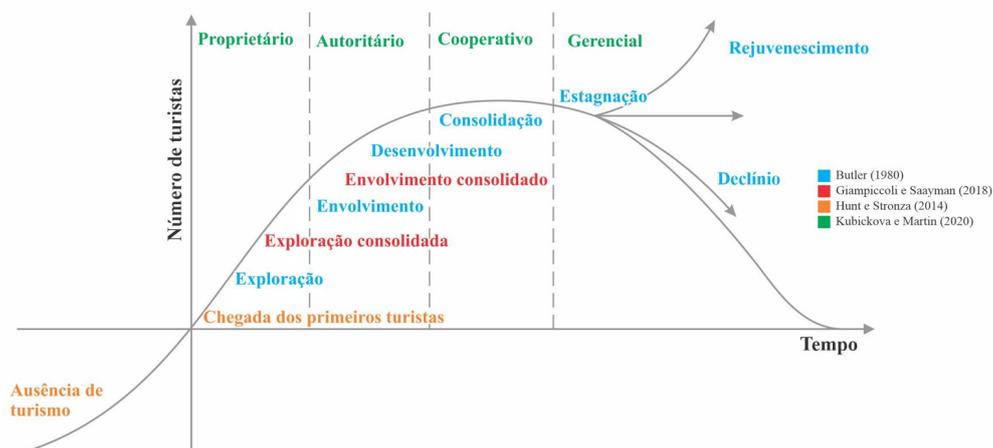
Especificamente para o turismo de base comunitária, foi encontrado um modelo proposto por Giampiccoli e Saayman (2018) que descreve as várias etapas do TALC em relação ao TBC, a participação da comunidade e o tipo de turista, mas também adiciona duas fases ao modelo: exploração consolidada (após a fase de exploração) e envolvimento consolidado (após a fase de envolvimento). Na primeira observa-se que a elite local começa a se envolver no turismo enquanto na segunda, inicia o envolvimento de parceiros externos a exemplo do governo.

Corroborando as discussões, Kubickova e Martin (2020) afirmam que os destinos turísticos seguem as fases do TALC, entretanto, o nível de participação do governo resulta em quatro estágios dentro do modelo de Butler: i) proprietário: visa o desenvolvimento da indústria, está na fase de exploração; ii) autoritário: o governo começa a formular políticas e cria um ambiente propício para iniciar os negócios, fica entre as fases de envolvimento e desenvolvimento; iii) cooperativo: envolve tanto o governo como parceiros da indústria trabalhando para o destino permanecer competitivo, geralmente está nas fases de desenvolvimento

e consolidação e iv) gerencial: os destinos são altamente competitivo, e o envolvimento do governo começa a diminuir na fase de estagnação.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que todos os modelos aqui apresentados fizeram adições ao TALC, exceto a pesquisa de Zapata et al. (2011). A Figura 1 resume as principais contribuições dos autores ao ciclo de vida do turismo tendo como base o TALC.

Figura 1 – Principais contribuições dos autores ao TALC



Fonte: Elaborado pelos autores.

Contudo, o TALC tem sido criticado em vários aspectos: i) coexistência de diversas características em diferentes fases ao mesmo tempo o que dificulta a determinação dos estágios (Agarwal, 1997); ii) não considera outros fatores que afetam a evolução de destinos turísticos, tais como a influência das operadoras, qualidade de vida da população residente, entre outros (Soares et al., 2012) e iii) falta de dados históricos de longo prazo (Agarwal, 1997) que consequentemente dificulta a determinação da unidade de tempo (Haywood, 1986).

Para Butler (1980), as mudanças de fases do ciclo de vida acontecem sobretudo em função do tempo e do número de turistas. No caso do TBC o principal fator de evolução não é o aumento do número de turistas, mas o aumento dos benefícios a comunidade, sejam eles sociais, econômicos ou políticos (Dodds et al., 2018; Tolkach & King, 2015; Zielinski, Jeong & Milanés, 2020). Ou seja, os benefícios econômicos não são a única potencialidade, já que o TBC contribui para a continuidade do modo de vida das populações tradicionais e a preservação de suas identidades culturais (Graciano & Holanda, 2020).

Nesse contexto vários elementos do TBC podem influenciar seu próprio ciclo de vida. Por exemplo, iniciativas com modelo *top-down* podem entrar na fase de estagnação mais rápida, onde as redes de turismo não funcionam, pois não há turistas ou os projetos são abandonados por atores externos. As iniciativas geradas como resultado de uma iniciativa local, ou seja, *botton-up*, demonstram maior expectativa de vida e crescimento mais rápido e impactos mais positivos na economia local (Zapata et al., 2011).

Uma vez que a participação é princípio fundamental do TBC, possibilitando o empoderamento e aumento do senso de pertencimento (Asker et al., 2010), ela também é um dos elementos de sucesso dessas iniciativas. Para compreender a

participação comunitária no TBC, Gomez et al. (2016) adotou a estrutura conceitual desenvolvida por Tosun (1999) que examina tipologias de participação: i) participação coerciva, passiva; obrigatória, na maioria das vezes indireta; formal; a curto prazo pode gerar resultados, mas a longo prazo pode desgastar a comunidade; ii) participação induzida, passiva; o governo pode iniciar a ação participativa e institucionalizá-la, na maioria das vezes é indireta; formal, manipulada, pode ser chamada de pseudoparticipação; e iii) participação espontânea, voluntária, sem apoio externo, o tipo ideal, participação ativa, direta, no processo decisório.

Por outro lado, uma das maiores dificuldades das iniciativas de TBC é a falta de habilidade e conhecimento sobre o turismo entre os residentes locais e apoio contínuo limitado, isto é, a comunidade pode deixar de apoiar as atividades turísticas ao longo do tempo (Kim, Park & Phandanouvong, 2014; Tolkach & King, 2015). Destarte, deve-se sensibilizar a comunidade (Guzzatti, 2010) por meio de capacitação para receber os turistas (Zielinski et al., 2020), pois especialmente nas fases iniciais do TBC, a população muitas vezes não tem conhecimento do que é o turismo, do que é ter turistas circulando em suas comunidades. Dessa forma, aponta-se que assim como o modelo de Hunt e Stronza (2014) existe uma fase anterior a exploração, denominada aqui neste ensaio de pré-exploração.

A infraestrutura básica também é uma dificuldade para as iniciativas de TBC, especialmente nas fases iniciais, afetando assim a evolução dos destinos turísticos. Isso se deve ao fato da melhoria na infraestrutura (transporte, água, energia, redes de telecomunicação, acesso aos destinos, saúde, segurança, etc.) contribuir para o bem-estar dos moradores locais (Asker et al., 2010). Se os benefícios a comunidade não são contínuos não há razão para existir a iniciativa.

Para apoiar o desenvolvimento e auxiliar no enfrentamento de desafios como a falta de informação, o financiamento, infraestrutura e o marketing, Tolkach e King (2015) sugerem que é preciso construir uma rede de apoio ao TBC, isto é, por meio de parcerias e colaboração entre diversos atores. Por exemplo, Okazaki (2008) defende a utilização de facilitadores – consultores, ONGs e representantes do governo – para construir um relacionamento mais respeitoso na comunidade.

A partir da discussão aqui tratada, foi possível sintetizar no Quadro 1 os principais determinantes que influenciam as mudanças de fases do ciclo de vida do TBC e que serão guias para a integração proposta.

Quadro 1 – Determinantes do ciclo de vida do TBC

Dimensões	Categorias	Referências
Capacitação dos membros da comunidade	- Conhecimento da atividade turística pela comunidade - Habilidades da comunidade com gestão do turismo	(Dodds et al., 2018; Hunt & Stronza, 2014; Zielinski et al., 2020)
Benefícios à comunidade	- Ganhos econômicos - Ganhos sociais - Ganhos políticos	(Dodds et al., 2018; Kubickova & Martin, 2020; Zielinski et al., 2020)
Infraestrutura turística	- Capacidade de visitantes - Taxa de crescimento de visitantes - Equipamentos turísticos - Acesso ao local - Energia, água, saneamento básico	(Asker et al., 2010; Butler, 1980; Zapata et al., 2011)

(continua...)

Quadro 1 – Continuação

Dimensões	Categorias	Referências
Modelo de desenvolvimento	- <i>Top-down</i> - <i>Botton-up</i>	(Mtapuri & Giampiccoli, 2013; Zapata et al., 2011)
Participação da comunidade	- Coerciva - Induzida - Espontânea	(Tosun, 1999)
Envolvimento de atores externos a comunidade	- Envolvimento do governo - Envolvimento da elite local - Envolvimento dos parceiros externos	(Giampiccoli & Saayman, 2018; Kubickova & Martin, 2020)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como este ensaio propõe a adição do capital social para a compreensão do ciclo de vida é necessário discuti-lo antes.

DISCUTINDO O CAPITAL SOCIAL

O capital social apenas se tornou popular, com os estudos do cientista político Robert Putnam, que reformulou o termo como uma característica das comunidades e de sociedades inteiras (Portes & Vickstrom, 2011). Segundo Putnam (1993, p. 1), “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos”. Para o autor o capital social facilita a cooperação espontânea, por meio da confiança. Ou seja, quanto mais elevado a confiança maior a chance de haver cooperação.

As redes e normas, são necessárias para construir parcerias e relações de confiança entre os interessados, seja na esfera privada ou pública. Assim, pode-se afirmar que a maneira como as pessoas se associam uns aos outros e em que termos, tem implicações para o bem-estar das pessoas em grupos, associações, comunidades etc. Além disso, as redes podem melhorar a capacidade de indivíduos e organizações atingirem seus objetivos. Assim, por exemplo quando indivíduos confiáveis que estão dispostos a cooperar com os outros constituem apenas uma pequena minoria de toda a população de uma sociedade, uma condição para que eles sobrevivam e prosperem é estabelecer uma rede entre eles (Ostrom & Ahn, 2009).

Esse entusiasmo com o lado positivo dos laços sociais levou os sociólogos a desconsiderar a dualidade de que as estruturas sociais pode ser fonte tanto de oportunidade quanto de restrição do comportamento individual, ou seja, os laços sociais às vezes podem atrapalhar, em vez de ajudar, a capacidade de um ator de atingir seus objetivos (Portes & Sensenbrenner, 1993). De forma sucinta, é o chamado ‘lado obscuro’, laços sociais que aprisionam os atores em situações que facilitam comportamentos indesejáveis (Gargiulo & Benassi, 1999; Portes, 1998; Putnam, 2000).

De maneira geral, o capital social como qualquer outra forma de capital pode ser usado para provisão de benefícios ou malefícios (Adler & Kwon, 2002; Macbeth, Carson & Northcote, 2004). Perceber esses efeitos negativos se torna mais claro quando se compreende que existem diferentes tipos de capital social.

Woolcock (2001) diferencia três tipos de capital social: i) capital social de ligação; ii) capital social de ponte e iii) capital social de conexão, embora esse último possa ser considerado um subtipo do segundo.

Capital social de ligação refere-se à relação entre familiares, amigos íntimos, vizinhos, colegas de trabalho (Woolcock, 2001). Dito de outra forma, é voltado para dentro e reforça as identidades exclusivas e grupos homogêneos (Putnam, 2000). Também chamada de redes horizontes densas, possuem capacidade de transmitir informações de maneira eficiente entre os membros da rede, além de criar incentivos para se comportar de maneira confiável (Ostrom & Ahn, 2009).

Capital social de ponte refere-se a conexões entre pessoas que compartilham características demográficas semelhantes apesar de mais distantes (Woolcock, 2001). Eles incluem pessoas em suas listas telefônicas e de e-mail com as quais você não entra em contato regularmente, mas são cruciais para sua vida profissional, por exemplo (Woolcock & Sweetser, 2002). Ou seja, são pessoas/organizações de fora do grupo, mas que podem fornecer acesso a outros recursos.

Capital social de conexão refere-se a interrelação entre pessoas de classes sociais menos favorecidas e indivíduos que têm posições de autoridade (Woolcock, 2001) com capacidade de alavancar recursos, ideias e informações de instituições formais além da comunidade (World Bank, 2000). Tem sido abordado como redes verticais, com acesso a atores poderosos, como por exemplo, banqueiros, policiais, assistentes sociais, prestadores de serviços de saúde e políticos (Szreter & Woolcock, 2004). Assim, enquanto os laços de ligação e de ponte são de natureza horizontal, o capital social de conexão é vertical (Kyne & Aldrich, 2020).

Embora o capital social de ligação seja mais comum, pode não ser suficiente, apenas 'ter boas relações próximas'. Tanto o capital social de ponte como de conexão, mesmo sendo mais difícil de obter e manter pode ajudar as populações mais marginalizadas a progredir, principalmente se serviços básicos como educação, saúde são deficitários (Kyne & Aldrich, 2020).

Os efeitos desses tipos de capital social têm sido testados na literatura, embora poucos estudos tentaram integrar os tipos combinados (Pisani, Franceschetti, Secco & Christoforou, 2017). Mesmo analisando de forma separados é possível prever resultados positivos para o uso desses tipos, mas são mais eficazes quando são combinados. Por exemplo, Agnitsch, Flora e Ryan (2006) observaram que as comunidades que têm mais sucesso na ação coletiva quando possuem o capital social de ligação e ponte. Ainda, observou-se que o efeito de um deles diminui quando o outro é mais alto. Assim, não importa o tipo de capital que é alto, qualquer combinação produz um resultado melhor do que ambos sendo baixas. Em outras palavras, o que importa não é a quantidade, mas a qualidade do capital social (Agnitsch et al., 2006; Gannon & Roberts, 2020).

Os potenciais efeitos negativos do capital social da comunidade têm sido associados principalmente ao excesso de capital social de ligação e pouco capital social de ponte (Agnitsch et al., 2006). Bowles e Gintis (2002) afirmaram que grupos altamente homogêneos, presentes em algumas comunidades pode dificultar colher benefícios da diversidade econômica associada a fortes complementações de habilidades e outros insumos, pois ao compartilhar equipamentos e habilidades, por exemplos, as comunidades podem usufruir dos privilégios e conseqüentemente diminuir as dificuldades. Por outro lado, o capital social de ponte evita custos, fornecendo vínculos externos a determinados grupos, permitindo maior acesso a recursos e reduzindo dependência (Agnitsch et al., 2006; Woolcock, 1998). Já o capital social de conexão pode levar a comportamentos, como o nepotismo, corrupção e supressão (Szreter & Woolcock, 2004).

A partir da revisão na literatura, foi possível construir um quadro de elementos determinantes dos tipos de capital social, que serão bases para a integração ao ciclo de vida do TBC proposto na próxima seção.

Quadro 2 – Elementos determinantes dos tipos de capital social

Dimensões	Categorias	Referencias
Capital social de ligação	-Laços de reciprocidade -Grupos homogêneos -Discriminação de membros marginalizados -Normas discriminatórias	(Bowles & Gintis, 2002; Lo & Fan, 2020; Putnam, 1993)
Capital social de ponte	- Vínculos externos ao grupo -Acesso de diversos recursos -Diminuição de custos	(Agnitsch et al., 2006; Lo & Fan, 2020; Woolcock, 1998)
Capital social de conexão	- Vínculos com atores poderosos - Dominação de elite	(Lo & Fan, 2020; Woolcock, 1998)

Fonte: Elaborado pela autora.

Os elementos contidos no Quadro 2 contempla tanto efeitos positivos como negativos relacionados ao capital social. Assim, a partir desses elementos será proposto uma integração teórica na próxima seção.

CICLO DE VIDA DO TBC E CAPITAL SOCIAL

Para a consolidação do TBC enquanto atividade geradora de benefícios diretos para a comunidade, se faz necessário um esforço conjunto de diversos setores, como público, privado e sociedade civil organizada (Bartholo, Sansolo & Bursztyn, 2009). Tais relações de união, colaboração e parcerias representam o que discute-se aqui como capital social, que pode ser o elo entre os benefícios da participação e o sucesso da abordagem baseado na comunidade (Taylor, 2017). Assim, a principal premissa por trás do capital social é que indivíduos ou grupos bem conectados são mais capazes de mobilizar outros recursos para buscar os resultados desejados (Agnitsch et al., 2006).

Durante muitos anos o enfoque do capital social na literatura do turismo concentrava-se para as redes internas, os relacionamentos dentro de uma comunidade (capital social de ligação). Por outro lado, as ações/recursos externos foram esquecidos e até mesmo considerados prejudiciais ao desenvolvimento do turismo (McGehee, Lee, O'Bannon & Perdue, 2010).

Com o tempo, a literatura reconhece que até mesmo nas primeiras fases de exploração do turismo, especificamente do TBC, a ideia do turismo pode chegar por meio das atividades de atores externos, doadores internacionais e ONGs, usando o modelo *top-down*. As comunidades traduzem as ideias em decisões e ações para iniciar uma atividade econômica complementar a partir do capital social de ponte e conexão, ou seja, a troca de conhecimento e ideias com parceiros externos (Zapata et al., 2011) como o governo, por exemplo. Ao mesmo tempo, melhoraram seu capital social de ligação ao estabelecer conexões com os mercados locais e tornando os consumidores seus próprios vizinhos, amigos e conhecidos.

O capital social de ligação não se baseia na quantidade de relacionamentos, mas na qualidade destes. Indivíduos com altos níveis de capital social de ligação têm vínculos intensos com outros com quem interagem (Engbers & Rubin, 2018). Em iniciativas do TBC, o capital social de ligação pode fortalecer o grupo, além de empoderar indivíduos sem poder na comunidade, por exemplo.

O capital social de ponte pode ajudar as comunidades a obter acesso a recursos externos, como informações e serviços por meio das parcerias (Lo & Fan, 2020). Essas parcerias podem gerar muitas vantagens, mas deve ser facilitadora, ou seja, um ator facilitador é uma entidade pública, privada ou ONG que facilita o processo de desenvolvimento do TBC, fornecendo o que a comunidade necessita em termos de melhoria nos recursos para sua autossustentação e tomada de decisões, além de contribuir para o empoderamento da comunidade, desenvolvimento das capacidades e habilidades em qualquer aspecto da gestão do TBC. Contudo, deve ser temporária, pois a longo prazo a comunidade pode perder sua autonomia, empoderamento e controle sobre a atividade, portanto, deve prevenir-se da exploração pelas elites locais ou de parceiros externos (Mtapuri & Giampiccoli, 2013).

O capital social de conexão (tipo de capital de ponte) contribui para as iniciativas de TBC ao promover a complementaridade entre estado e sociedade, gerando bem estar social e econômico para o desenvolvimento do turismo, além de pouca necessidade de assistência externa (Okazaki, 2008). Assim, as políticas governamentais podem afetar o turismo direta ou indiretamente, refletindo uma gama de objetivos específicos para aquele local (Kubickova & Martin, 2020).

De fato, o governo pode desempenhar um papel central no desenvolvimento dessas experiências (Mtapuri & Giampiccoli, 2013). No caso das experiências de TBC, a infraestrutura básica é uma dificuldade, especialmente nas fases iniciais. O governo, por exemplo, pode proporcionar essa melhoria (Asker et al., 2010).

Analisando cada um dos tipos de capital social e a relação estabelecida com as fases do ciclo de vida do TBC, é possível tecer algumas considerações. Primeiro, o capital social de ligação é crucial nas primeiras fases do ciclo de vida dessas iniciativas para o fortalecimento e sustentação do grupo que está à frente da iniciativa. Em certo momento do desenvolvimento da iniciativa do TBC, será necessário que os benefícios iniciais da intensa integração intracomunitária ou também chamado capital social de ligação, ceda lugar a extensos vínculos extracomunitários (capital social de ponte/conexão).

O aumento da confiança entre a comunidade pode levar ao aumento do capital social de ligação que facilitará novos contatos e a expansão das parcerias, seja por meio do capital social de ponte ou de conexão. De fato, a assistência de facilitadores e parceiros é essencial para o sucesso do TBC (Dodds et al., 2018), já que as informações eventualmente podem ser utilizadas e transformadas em conhecimento pelas próprias comunidades (Giampiccoli & Saayman, 2018).

Contudo, muito ou pouco dos tipos de capital social a qualquer momento pode minar o avanço econômico (WOOLCOCK, 1998). Isso significa que por exemplo, fortes redes sociais e vínculos entre os diversos atores podem criar desequilíbrio de poder a favor de grupos em detrimento de outros em diversas decisões, o que influencia negativamente as atitudes de atores marginalizados em relação ao desenvolvimento do turismo (Park, Nunkoo & Yoon, 2015).

Embora supostamente os facilitadores externos venham para auxiliar o TBC, muitas vezes implementam um modelo *top-down* baseada em modelos de economias

desenvolvidas que não se encaixam e não contribuem para a participação da comunidade, assim o controle inicial do TBC sobre a área turística e seu potencial pode ser prejudicado tanto por tais facilitadores, como pelo crescimento do turismo devido a negócios externos, além das elites locais (Giampiccoli & Saayman, 2018).

À medida que há uma abertura para parceiros e acesso a informações, conflitos com a comunidade residente podem existir, e gerar uma perda dos níveis conquistados de capital social de ligação, ou seja, à medida que há uma evolução da experiência, expectativas não atendidas pode causar mudança de atitudes dos residentes em relação ao turismo (Hunt & Stronza, 2014). Com altos níveis de capital social de conexão, e baixos níveis de capital social de ponte, por exemplo, grupos mais poderosos dominam o acesso aos recursos turísticos, e se esses recursos não forem redistribuídos aos grupos excluídos, tais grupos podem ser prejudicados pelo turismo e protestar contra seu desenvolvimento (Okazaki, 2008). É o que Lo e Fan (2020) caracterizou como impactos negativo do capital social de conexão, chamado “dominação de elite”.

A elite local pode iniciar seu envolvimento nos negócios turísticos na fase de envolvimento/desenvolvimento e alcançar seu auge na fase de estagnação quando os parceiros externos começam a diminuir presença (Giampiccoli & Saayman, 2018), mas não deve ter domínio sobre as iniciativas, já que é a comunidade a gestora da atividade turística.

Quanto ao envolvimento do governo, a literatura aponta que esse interesse pode se apresentar na fase de envolvimento/desenvolvimento (Giampiccoli & Saayman, 2018), enquanto na fase de exploração e envolvimento, a atuação do governo é limitado, seguindo a tipologia apresentada por Kubickova e Martin (2020).

O modelo do ciclo de vida adotado neste ensaio irá considerar as seguintes fases: i) pré exploração (fase de ausência de turismo e primeiros passos para receber os visitantes); ii) exploração, iii) desenvolvimento, iv) envolvimento), v) consolidação; vi) estagnação; vii) rejuvenescimento ou declínio. Assim, com base na literatura discutida, uma integração do ciclo de vida do TBC e o capital social é proposto a seguir.

Quadro 3 – Integração do ciclo de vida do TBC e capital social

Fases do Ciclo de vida do TBC	Elementos do ciclo de vida	Elementos do capital social
Pré-exploração	<p>Capacitação dos membros da comunidade: baixo conhecimento da atividade turística pela comunidade.</p> <p>Infraestrutura turísticas: Sem infraestrutura turística básica, apesar da chegada dos primeiros visitantes.</p> <p>Participação da comunidade: coerciva, induzida ou espontânea</p> <p>Envolvimento dos atores externos: pouco ou nenhum</p> <p>Benefícios a comunidade: baixo ganho econômico, social, cultural e político</p>	<p>Capital social de ligação: organização da comunidade por meio dos laços de reciprocidade, essencial para a ‘sustentação’ da atividade turística a ser desenvolvida</p> <p>Capital social de ponte: pouco ou nenhum</p> <p>Capital social de conexão: pouco ou nenhum</p>

(continua...)

Quadro 3 – Continuação

Fases do Ciclo de vida do TBC	Elementos do ciclo de vida	Elementos do capital social
Exploração	<p>Capacitação dos membros da comunidade: reconhecimento da necessidade da atividade turística, poucas habilidades de gestão turística pela comunidade.</p> <p>Infraestrutura turísticas: Pouca infraestrutura turística básica</p> <p>Participação da comunidade: coerciva, induzida ou espontânea</p> <p>Envolvimento dos atores externos: pouco ou nenhum</p> <p>Benefícios a comunidade: baixo ganho econômico, social, cultural e político</p>	<p>Capital social de ligação: organização da comunidade por meio dos laços de reciprocidade e grupos homogêneos. É mais forte que na fase anterior.</p> <p>Capital social de ponte: primeiras parcerias com atores externos</p> <p>Capital social de conexão: pouco ou nenhum com envolvimento do governo do tipo proprietário</p>
Envolvimento	<p>Capacitação dos membros da comunidade: desenvolvimento das habilidades de gestão turística pela comunidade.</p> <p>Infraestrutura turísticas: desenvolvimento de uma infraestrutura turística básica</p> <p>Participação da comunidade: nesta fase espera-se que seja mais espontânea do que coerciva e induzida</p> <p>Envolvimento dos atores externos: pouco ou nenhum</p> <p>Benefícios a comunidade: baixo ganho econômico, social, cultural e político</p>	<p>Capital social de ligação: organização da comunidade por meio dos laços de reciprocidade e grupos homogêneos. É mais forte que na fase anterior, mas em excesso pode causar marginalização e exclusão de determinados grupos, por isso deve haver aumento do capital social de ponte e/ou conexão.</p> <p>Capital social de ponte: primeiras parcerias com atores externos</p> <p>Capital social de conexão: pouco ou nenhum com envolvimento do governo do tipo proprietário</p>
Desenvolvimento	<p>Capacitação dos membros da comunidade: maior capacidade e habilidades de gestão turística</p> <p>Infraestrutura turísticas: oferta turística e a infraestrutura melhor desenvolvidas. Aumento do número de visitantes</p> <p>Participação da comunidade: nesta fase espera-se que seja mais espontânea do que coerciva e induzida</p> <p>Envolvimento dos atores externos: envolvimento dos parceiros externos e elite local</p> <p>Benefícios a comunidade: aumento dos ganhos econômico, social, cultural e político.</p>	<p>Capital social de ligação: maior capacidade de organização da comunidade por meio dos laços de reciprocidade, essencial para a 'sustentação'. Ao mesmo tempo, em excesso pode conduzir a marginalização e exclusão de determinados grupos, por isso deve haver aumento do capital social de ponte e/ou conexão.</p> <p>Capital social de ponte: aumento das parcerias externas, acesso a recursos e informações</p> <p>Capital social de conexão: envolvimento do governo do tipo autoritário e envolvimento das elites locais</p>

(continua...)

Quadro 3 – Continuação

Fases do Ciclo de vida do TBC	Elementos do ciclo de vida	Elementos do capital social
Consolidação	<p>Capacitação dos membros da comunidade: maior capacidade e habilidades de gestão turística</p> <p>Infraestrutura turísticas: infraestrutura e equipamentos turísticos desenvolvidos. Diminuição da taxa de aumento do número de visitantes.</p> <p>Participação da comunidade: nesta fase espera-se que seja mais espontânea do que coerciva e induzida</p> <p>Envolvimento dos atores externos: aumento do envolvimento dos parceiros externos e elite local</p> <p>Benefícios a comunidade: aumento dos ganhos econômico, social, cultural e político.</p>	<p>Capital social de ligação: pode alcançar seu nível mais alto. Em excesso pode conduzir a marginalização e exclusão de determinados grupos, por isso deve haver equilíbrio do capital social de ponte e/ou conexão.</p> <p>Capital social de ponte: aumento das parcerias externas, acesso a recursos e informações.</p> <p>Capital social de conexão: envolvimento do governo do tipo cooperativo e aumento do envolvimento da elite local, assim podem querer controlar o turismo local, causando inúmeros conflitos e problemas como “dominação de elite”.</p>
Estagnação	<p>Capacitação dos membros da comunidade: capacidade e habilidades de gestão turística necessitando atualizar-se.</p> <p>Infraestrutura turísticas: infraestrutura e equipamentos turísticos dando sinais de defasagem. Diminuição do número de novos visitantes.</p> <p>Participação da comunidade: pode diminuir o nível de participação espontânea se ela ainda existir.</p> <p>Envolvimento dos atores externos: diminuição do envolvimento dos parceiros externos e elite local.</p> <p>Benefícios a comunidade: pode haver diminuição dos ganhos econômico, social, cultural e político.</p>	<p>Capital social de ligação: grupos já estabelecidos, com possíveis surgimentos de exclusão de determinados grupos e conflitos internos.</p> <p>Capital social de ponte: tendência a diminuição das parcerias externas.</p> <p>Capital social de conexão: o envolvimento do governo do tipo gerencial, e elites locais também diminuindo o envolvimento, mas ainda pode ter problemas de “dominação de elite” e outros conflitos.</p>

(continua...)

Quadro 3 – Continuação

Fases do Ciclo de vida do TBC	Elementos do ciclo de vida	Elementos do capital social
Rejuvenescimento ou declínio	<p>Capacitação dos membros da comunidade: capacidade e habilidades de gestão turística necessitando atualizar-se.</p> <p>Infraestrutura turísticas: infraestrutura e equipamentos turísticos desenvolvidos ou renovados no caso de rejuvenescimento. Diminuição elevada do número de visitantes no caso do declínio</p> <p>Participação da comunidade: pode ser qualquer um dos tipos, coerciva, induzida e espontânea</p> <p>Envolvimento dos atores externos: diminuição do envolvimento dos parceiros externos e elite local.</p> <p>Benefícios a comunidade: pode haver diminuição total dos ganhos econômico, social, cultural e político ou potencial de novos ganhos com o rejuvenescimento.</p>	<p>Capital social de ligação: grupos já estabelecidos, com possíveis surgimentos de exclusão de determinados grupos gerando conflitos internos.</p> <p>Capital social de ponte: tendência a diminuição geral das parcerias externas no caso do declínio e de possíveis novas parcerias para os casos de rejuvenescimento.</p> <p>Capital social de conexão: o envolvimento do governo do tipo gerencial, e elites locais também diminuindo o envolvimento, mas ainda pode ter problemas de “dominação de elite” e outros conflitos.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Adicionalmente, a presença do capital social tem impacto tanto positivo quando negativo para o desenvolvimento do turismo e conseqüentemente o avanço do ciclo de vida. Por exemplo, o capital social de ligação em excesso além de gerar exclusões e marginalização de grupos, pode restringir novas ideias e inovações (Pillai et al., 2017) dificultando o avanço das fases do ciclo de vida. Corroborando o argumento Park, et al. (2015) apontam que esse desequilíbrio de poder em favor de alguns grupos pode influenciar negativamente as atitudes dos atores marginalizados em relação ao desenvolvimento do turismo. Contudo, pode ser melhorado com o uso, desde que os envolvidos mantenham seus compromissos, a reciprocidade, além da confiança. Ademais, com o passar do tempo, alguns indivíduos entram e outros deixam grupos sociais, conforme os impactos de mudanças ao longo do ciclo de vida das iniciativas de TBC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para o ciclo de vida do TBC, o desafio está em ultrapassar as barreiras da racionalidade econômica, de maneira a tirar o foco da lógica de mercado, que é muito presente no turismo de massa. Isso não significa desprezar a importância dos fatores econômicos, mas transferir o foco para como o turismo pode melhorar as relações sociais, respeitando o modo de vida tradicional das comunidades. Ou seja, os benefícios econômicos não são a única potencialidade, já que o TBC contribui para a continuidade do modo de vida das populações tradicionais e a preservação de suas identidades culturais (Graciano & Holanda, 2020), o que acarreta em benefícios sociais e culturais.

O capital social é importante neste processo de evolução das fases do ciclo de vida do TBC, pois fornece os recursos, redes sociais, além de normas, necessárias para construir parcerias, relações de confiança entre os diversos atores nas esferas pública e privada. De forma mais ampla, oferece resultados em nível micro e macro que são benéficos para a comunidade (Taruvunga et al., 2017).

De forma geral, pode-se afirmar que uma comunidade que desenvolve TBC sem conexões/pontes dependerá apenas de seus recursos internos, na medida que os membros da comunidade não tenham conhecimento de como organizações externas podem ajudar em sua busca pelo desenvolvimento (Wahab, 2012). Em outras palavras, enquanto o capital social de ligação permite que elas 'se sustentem', o capital social de ponte e conexão pode ajudá-las a avançar para fases posteriores no ciclo de vida.

Por outro lado, ressalta-se que é importante a otimização de cada um dos tipos de capital social, pois possui tanto efeitos positivos como negativos no desenvolvimento do TBC. Assim é necessário um gerenciamento adequado pelas comunidades do capital social de ligação e ponte/conexão (Zhou et al., 2017).

Os impactos negativos gerados pelos tipos de capital social, como visto no Quadro 3, devem ser gerenciados a fim de oferecer certo 'equilíbrio' para que as fases do ciclo de vida avancem. Portanto, parte-se da premissa que o desenvolvimento do TBC depende não só da conscientização da comunidade, mas a união e cooperação entre os membros (Bartholo et al., 2009) por meio do capital social de ligação, além do esforço conjunto de diversos setores como o público, privado, sociedade civil organizada, por meio do capital social de ponte/conexão. Em virtude disso, desenhar o ciclo de vida do TBC considerando os tipos de capital social permite uma compreensão mais abrangente dessas iniciativas.

Como reflexão da proposta ora apresentada, pode-se afirmar que não é objetivo oferecer um modelo prescritivo do ciclo de vida, mas apontar de que forma pode-se aproveitar os impactos positivos do capital social para avançar nas fases do ciclo de vida, além de como evitar os inúmeros conflitos decorrentes dos impactos negativos que o capital social pode gerar. É necessário compreender ainda que uma iniciativa de TBC em qualquer uma das fases pode deixar de existir, então nem sempre o modelo do ciclo de vida poderá ser aplicado.

Como é um ensaio teórico e embora várias proposições da literatura secundárias sejam fornecidas, ele não apresenta seu próprio estudo de caso (pesquisas futuras sobre o mesmo assunto podem certamente ainda incluir um estudo de caso ou múltiplos estudo de caso).

REFERÊNCIAS

- Adler, P. S., & Kwon, S.-W. (2002). Social Capital: Prospects for a New Concept. *Academy of Management Review*, 27(1), 17–40. <https://doi.org/10.5465/amr.2002.5922314>
- Agarwal, S. (1997). The resort cycle and seaside tourism: An assessment of its applicability and validity. *Tourism Management*, 18(2), 65–73. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(96\)00102-1](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(96)00102-1)
- Agnitsch, K., Flora, J., & Ryan, V. (2006). Bonding and Bridging Social Capital: The Interactive Effects on Community Action. *Community Development*, 37(1), 36–51. <https://doi.org/10.1080/15575330609490153>

- Asker, S. A., Boronyak, L. J., Carrard, N. R., & Paddon, M. (2010). *Effective community based tourism: A best practice manual*.
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de base comunitária: Diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Letra e imagem.
- Bowles, S., & Gintis, H. (2002). Social capital and community governance. *The economic journal*, 112(483), F419–F436. <https://doi.org/10.1111/1468-0297.00077>
- Butler, R. W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. *Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, 24(1), 5–12. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0064.1980.tb00970.x>
- Dodds, R., Ali, A., & Galaski, K. (2018). Mobilizing knowledge: Determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. *Current Issues in Tourism*, 21(13), 1547–1568. <https://doi.org/10.1080/13683500.2016.1150257>
- Emmendoerfer, M. L., Moraes, W. V., & Fraga, B. O. (2016). Turismo criativo e turismo de base comunitária: Congruências e peculiaridades. *El Periplo Sustentable*, 17(31), 1–12. Disponível em: <<https://rperiplo.uaemex.mx/article/view/4883>>.
- Engbers, T. A., & Rubin, B. M. (2018). Theory to practice: Policy recommendations for fostering economic development through social capital. *Public Administration Review*, 78(4), 567–578. <https://doi.org/10.1111/puar.12925>.
- Gannon, B., & Roberts, J. (2020). Social capital: Exploring the theory and empirical divide. *Empirical Economics*, 58(3), 899–919. <https://doi.org/10.1007/s00181-018-1556-y>
- Gargiulo, M., & Benassi, M. (1999). The dark side of social capital. In *Corporate social capital and liability* (p. 298–322). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4615-5027-3_17
- Giampiccoli, A., & Saayman, M. (2018). Community-based tourism development model and community participation. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7(4), 1–27. Disponível em <https://www.ajhtl.com/uploads/7/1/6/3/7163688/article_16_vol_7_4_2018.pdf>
- Graciano, P. F., & Holanda, L. A. de. (2020). Análise bibliométrica da produção científica sobre turismo de base comunitária de 2013 a 2018. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14(1), 161–179. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v14i1.1736>
- Guzzatti, T. C. (2010). O Agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: O caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Haywood, K. M. (1986). Can the tourist-area life cycle be made operational? *Tourism Management*, 7(3), 154–167. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(86\)90002-6](https://doi.org/10.1016/0261-5177(86)90002-6)
- Hunt, C., & Stronza, A. (2014). Stage-based tourism models and resident attitudes towards tourism in an emerging destination in the developing world. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(2), 279–298. <https://doi.org/10.1080/09669582.2013.815761>
- Kim, S., Park, E., & Phandanouvong, T. (2014). Barriers to Local Residents' Participation in Community-Based Tourism: Lessons from Houay Kaeng Village in Laos. *SHS Web of Conferences*, 12, 01045. <https://doi.org/10.1051/shsconf/20141201045>
- Kubickova, M., & Martin, D. (2020). Exploring the relationship between government and destination competitiveness: The TALC model perspective. *Tourism Management*, 78, 104040. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.104040>
- Kyne, D., & Aldrich, D. P. (2020). Capturing Bonding, Bridging, and Linking Social Capital through Publicly Available Data. *Risk, Hazards & Crisis in Public Policy*, 11(1), 61–86. <https://doi.org/10.1002/rhc3.12183>

- Lo, M.-C., & Fan, Y. (2020). Brightening the dark side of “linking social capital”? Negotiating conflicting visions of post-Morakot reconstruction in Taiwan. *Theory and Society*, 49(1), 23–48. <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09376-3>
- Macbeth, J., Carson, D., & Northcote, J. (2004). Social Capital, Tourism and Regional Development: SPCC as a Basis for Innovation and Sustainability. *Current Issues in Tourism*, 7(6), 502–522. <https://doi.org/10.1080/1368350050408668200>
- McGehee, N. G., Lee, S., O’Bannon, T. L., & Perdue, R. R. (2010). Tourism-related Social Capital and Its Relationship with Other Forms of Capital: An Exploratory Study. *Journal of Travel Research*, 49(4), 486–500. <https://doi.org/10.1177/0047287509349271>
- Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2013). Interrogating the role of the state and nonstate actors in community-based tourism ventures: Toward a model for spreading the benefits to the wider community. *South African Geographical Journal*, 95(1), 1–15. <https://doi.org/10.1080/03736245.2013.805078>
- Nugroho, P., & Numata, S. (2020). Changes in residents’ attitudes toward community-based tourism through destination development in Gunung Ciremai national park, Indonesia. *Tourism Recreation Research*, 1–19. <https://doi.org/10.1080/02508281.2020.1808753>
- Okazaki, E. (2008). A Community-Based Tourism Model: Its Conception and Use. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 511–529. <https://doi.org/10.2167/jost782.0>
- Ostrom, E., & Ahn, T.-K. (2009). The meaning of social capital and its link to collective action. *Handbook of social capital: The troika of sociology, political science and economics*, 17–35.
- Park, D.-B., Nunkoo, R., & Yoon, Y.-S. (2015). Rural residents’ attitudes to tourism and the moderating effects of social capital. *Tourism Geographies*, 17(1), 112–133. <https://doi.org/10.1080/14616688.2014.959993>
- Pillai, K. G., Hodgkinson, G. P., Kalyanaram, G., & Nair, S. R. (2017). The negative effects of social capital in organizations: A review and extension. *International Journal of Management Reviews*, 19(1), 97–124. <https://doi.org/10.1111/ijmr.12085>
- Pisani, E., Franceschetti, G., Secco, L., & Christoforou, A. (2017). *Social capital and local development: From theory to empirics*. Springer.
- Portes, A. (1998). Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual review of sociology*, 24(1), 1–24. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>
- Portes, A., & Sensenbrenner, J. (1993). Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. *American Journal of Sociology*, 98(6), 1320–1350. <https://doi.org/10.1086/230191>
- Portes, A., & Vickstrom, E. (2011). Diversity, Social Capital, and Cohesion. *Annual Review of Sociology*, 37(1), 461–479. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150022>
- Putnam, R. (1993). The prosperous community: Social capital and public life. *The american prospect*, 13, 35–42. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/matsueda/courses/590/Readings/Putham%201993%20Am%20Prospect.pdf>>
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon and schuster.
- Schuller, T. (2007). Reflections on the use of social capital. *Review of Social Economy*, 65(1), 11–28. <https://doi.org/10.1080/00346760601132162>
- Soares, J. C., Gandara, J. M., & Ivars Baidal, J. A. (2012). Indicadores para analizar la evolución del ciclo de vida de los destinos turísticos litorales. *Revista Investigaciones Turísticas*, 3. <https://doi.org/10.14198/INTURI2012.3.02>

- Szreter, S., & Woolcock, M. (2004). Health by association? Social capital, social theory, and the political economy of public health. *International journal of epidemiology*, 33(4), 650–667. <https://doi.org/10.1093/ije/dyh013>
- Taruvinga, B., Ndou, P., Hlerema, I. N., Maraganedzha, T. L., Du Plooy, C. P., & Venter, S. (2017). Fostering linking social capital for successful agricultural development projects in South Africa. *Agrekon*, 56(1), 28–39. <https://doi.org/10.1080/03031853.2017.1283243>
- Taylor, S. R. (2017). Issues in measuring success in community-based Indigenous tourism: Elites, kin groups, social capital, gender dynamics and income flows. *Journal of Sustainable Tourism*, 25(3), 433–449. <https://doi.org/10.1080/09669582.2016.1217871>
- Tolkach, D., & King, B. (2015). Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how? *Tourism Management*, 48, 386–398. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.12.013>
- Wahab, S. (2012). *The Role of Social capital in Community-Based Urban Solid Waste Management: Case Studies from Ibadan Metropolis, Nigeria*. University of Waterloo.
- Woolcock, M. (1998). Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. *Theory and Society*, 27(2), 151–208. <https://doi.org/10.1023/A:1006884930135>
- Woolcock, M. (2001). The place of social capital in understanding social and economic outcomes. *Canadian journal of policy research*, 2(1), 11–17. Disponível em <<https://www.oecd.org/innovation/research/1824913.pdf>>
- Woolcock, M., & Sweetser, A. T. (2002). Bright ideas: Social capital—The bonds that connect. *ADB Review*, 34(2), 26–27.
- World Bank, B. (2000). *Removing Social Barriers and Building Social Institutions*. World Development Report, 2001, 177–31. https://doi.org/10.1596/0195211294_Chapter7
- Zapata, M. J., Hall, C. M., Lindo, P., & Vanderschaeghe, M. (2011). Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. *Current Issues in Tourism*, 14(8), 725–749. <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.559200>
- Zhou, L., Chan, E., & Song, H. (2017). Social capital and entrepreneurial mobility in early-stage tourism development: A case from rural China. *Tourism Management*, 63, 338–350. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2017.06.027>
- Zielinski, S., Jeong, Y., & Milanés, C. B. (2020). Factors that influence community-based tourism (CBT) in developing and developed countries. *Tourism Geographies*, 1–33. <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1786156>

Recebido em: 02/09/2021

Aprovado em: 31/10/2021

CONTRIBUIÇÕES

Luana de Oliveira Alves: Definição do problema de pesquisa e objetivos; desenvolvimento da proposição teórica; realização da revisão bibliográfica e fundamentação teórica; escolha dos procedimentos metodológicos; coleta de dados; análise de dados; elaboração de tabelas, gráficos e figuras; redação do manuscrito e adequação do manuscrito às normas da RTA.

Carla Regina Pasa Gómez: Definição do problema de pesquisa e objetivos e revisão crítica do manuscrito.